

SECRETARIA EXECUTIVA DE CONTROLE INTERNO

---

**PARECER TÉCNICO DO CONTROLE INTERNO**

**PROCESSO Nº:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 PM

**OBJETO:** Registro de preço para futura e eventual Contratação de empresa(as) para aquisição de pães, salgados e bolos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis, Fundo de Assistência Social, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Educação deste município.

**O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE CONTROLE INTERNO**, no usos de suas atribuições legais previstas no art.51 da Lei Orgânica Municipal, art.4º, V, da Lei Municipal 1.191/2025 e art.169 da Lei 14333/2021, resolve emitir PARECER TÉCNICO, não vinculatório e opinativo, conforme segue:

**I-PRELIMINARMENTE**

O Órgão de Controladoria Interna, nesta data, recebeu o procedimento administrativo interno que tem como objeto, Registro de preço para futura e eventual Contratação de empresa(as) para aquisição de pães, salgados e bolos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis, Fundo de Assistência Social, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Educação deste Município, e assim procedeu parecer técnico, não vinculatório, na fase interna do processo licitatório.

**II-DA ANÁLISE DO PROCESSO**

- 1-Foi juntado ao procedimento estudo técnico preliminar, termo de referência, publicações em diários, parecer jurídico, mapa de preços, minuta de contrato e edital;
- 2-Quanto à formalização atende aos requisitos da Lei 14.133/2021, até onde foi apresentado, não vislumbrei irregularidades ou vícios;
- 3-O Departamento de compras procedeu com a pesquisa de preços e apresentou a cotação e mapa de preços, sendo sua responsabilidade a regularidade de tais atos;
- 4-O procedimento foi autorizado pela autoridade superior e solicitado pelos demais gestores;
- 5-O edital, bem como a fase interna do processo teve todos os seus atos aprovados pela assessoria jurídica;
- 6-Os avisos e edital foram devidamente publicados e disponibilizados.

**III-RECOMENDAÇÕES**

RECOMENDA-SE, ao **Pregoeiro, Responsável pelo SICAP-LCO e Comissão de Licitação**, que se proceda à publicação de todo o processo, contratos, aditivos, retificações, etc. no Diário Oficial do Município,

alimentando as principais informações no Portal da transparência, SICAP LCO, em observância ao princípio da publicidade, bem como a publicação do edital e seus anexos no PNCP e nos diários obrigatórios, ademais que seja verificada, antes da publicação do edital, a completa correspondência entre os quantitativos constantes do Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, mapa de preços e minuta da Ata de Registro de Preços;

RECOMENDA-SE, ao **Fiscal de Contrato**, que seja dada atenção especial às certidões de regularidades e toda a documentação necessária exigidos pela lei de licitações durante toda a execução do contrato, bem como comunicar a autoridade superior e Controle Interno, eventuais irregularidades.

RECOMENDA-SE, Ao **servidor responsável pela alimentação do SICAP**, a inserção do presente procedimento e seus atos no sistema SICAP-LCO, cumprindo os prazos e fases, conforme determina a IN 003/2024 – TCEPLENO, sob pena de aplicação de multa aos responsáveis. RECOMENDA-SE por fim que, ao **Pregoeiro** que utilize plataforma oficial ou autorizada e devidamente regulamentada para realização dos pregões.

#### **IV– CONCLUSÃO**

Na condição de responsável pelo Controle Interno, e para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, após análise do procedimento de **Pregão Eletrônico 11/2026 em sua fase interna (até a publicação do edital)**, e amparada nas avaliações técnicas da CPL, agente de contratação/pregoeiro e no parecer jurídico, **DECLARO o referido processo revestido das formalidades legais, não se verificando por ora, nenhuma irregularidade.** Ressalto, todavia, a prerrogativa do Prefeito, Secretários e dos Gestores dos Fundos Municipais quanto à avaliação da conveniência e oportunidade para ponderar sobre a regularidade e vantajosidade do ato e por sua aplicabilidade ou não. Do exposto, encaminho o presente parecer à Comissão Permanente de Licitação, para as providências cabíveis e necessárias para prosseguimento. É o parecer.

PALÁCIO ALZIRO GOMES DE SOUSA, em  
Tocantinópolis Estado do Tocantins, 11 de Junho de 2026.

**DELVANI SOUZA DE PAULA**  
Secretário Executivo de Controle Interno